

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil Class.: Política Ind. Oficial  
 Data 24/06/91 Pg.: 1390

## Substituto é efetivado em cargo na Funai

BRASÍLIA — O ex-superintendente da Funai, Edivio Battistelli, que vinha respondendo interinamente pela presidência da Fundação desde a saída de Cantídio Guerreiro Guimarães, demitido na sexta-feira, será mantido no cargo pelo presidente da República, informou ontem o ministro da Justiça. Jarbas Passarinho disse que o governo decidiu tê-lo porque "será muito difícil encontrar alguém que seja unanimidade entre os índios e ele tem aceitação, embora não seja por todos, como o cacique Megaron, que o rejeita". Battistelli já recebeu críticas dos índios por sua atuação como representante da Funai na Região Sul.

O novo presidente da Funai terá quatro meses para concluir a demarcação das terras dos índios ianomamis. Seu antecessor, Cantídio Guerreiro, foi demitido pelo presidente Fernando Collor por não ter apresentado, no prazo de 60 dias, o estudo para demarcação das terras. O presidente, que havia dado um prazo de 180 dias para a demarcação, reprovou a falta de iniciativa de Guerreiro e o demitiu.

O ex-presidente da Funai deixou o cargo queixando-se de falta de verbas para a demarcação das terras. O ministro da Justiça, pasta à qual é subordinada a Funai, garantiu não ter recebido nenhum pedido de novas liberações de recursos para que as áreas fossem demarcadas. A Funai pediu para a delimitação de 102 áreas indígenas no país, esse ano, Cr\$ 15,7 bilhões. O Congresso aprovou Cr\$ 586 milhões e o Ministério da Economia liberou apenas Cr\$ 117 milhões, correspondentes apenas a 0,54% do total necessário. No dia de sua demissão, Guerreiro também foi acusado pelo cacique Megaron Txucarramãe de ter tirado fotos das índias nuas e até "abusado sexualmente delas".

Em entrevista ontem, o presidente Fernando Collor evitou responder as declarações de Guerreiro sobre a falta de verbas, mas comentou que lhe importa saber apenas se as pessoas estão cumprindo suas determinações. "Desde o primeiro dia de governo venho me batendo pelo que chamei de prioridades absolutas - a criança, a questão ecológica e as comunidades indígenas - e todos sabem que para essas prioridades não podem faltar recursos", afirmou. Collor lembrou que ainda faltam quatro meses de prazo para que a demarcação das terras indígenas seja rigorosamente cumprida. "Os recursos não podem faltar", assegurou.